

Colégio  
00001Sala  
0001Ordem  
0001

Fevereiro/2020

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA



ESTADO DO AMAPÁ

# Assembleia Legislativa do Estado do Amapá

## II Concurso Público para provimento de cargos vagos

### Analista Legislativo – Atividade Legislativa

#### Especialidade: Técnico Legislativo

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'B02', Tipo 005

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-005

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

**PROVA**

Conhecimentos Gerais  
Conhecimentos Específicos

## INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Realizar projetos difíceis exige conhecimento e perseverança.

- Verifique se este caderno:
  - corresponde à sua opção de especialidade.
  - contém 50 questões, numeradas de 1 a 50.
 Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

### VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

### ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- A duração da prova é de 3 horas, para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver o Caderno de Questões e a Folha de Respostas.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Português**

**Atenção:** Para responder às questões de números 1 a 5, baseie-se no texto abaixo.

**Distribuição justa**

*A justiça de um resultado distributivo das riquezas depende das dotações iniciais dos participantes e da lisura do processo do qual ele decorre. Do ponto de vista coletivo, a questão crucial é: a desigualdade observada reflete essencialmente os talentos, esforços e valores diferenciados dos indivíduos, ou, ao contrário, ela resulta de um jogo viciado na origem e no processo, de uma profunda falta de equidade nas condições iniciais de vida, da privação de direitos elementares ou da discriminação racial, sexual, de gênero ou religiosa?*

*A condição da família em que uma criança tiver a sorte ou o infortúnio de nascer, um risco comum, a todos, passa a exercer um papel mais decisivo na definição de seu futuro do que qualquer outra coisa ou escolha que possa fazer no ciclo da vida. A falta de um mínimo de equidade nas condições iniciais e na capacitação para a vida tolhe a margem de escolha, vicia o jogo distributivo e envenena os valores da convivência. A igualdade de oportunidades está na origem da emancipação das pessoas. Crianças e jovens precisam ter a oportunidade de desenvolver seus talentos de modo a ampliar seu leque de escolhas possíveis na vida prática e eleger seus projetos, apostas e sonhos de realização.*

(Adaptado de: GIANETTI, Eduardo. **Trópicos utópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016, p. 106)

1. Está clara e correta a **redação** deste livre comentário sobre o texto:
  - (A) A menos que houvessem mais oportunidades para que cada indivíduo desenvolva seu talento, não ocorrerá justiça no processo.
  - (B) Aos sonhos e aspirações das crianças e dos jovens devem corresponder sua realização, para que não se frustrem seu desenvolvimento.
  - (C) Por mais que se esforcem, tem gente que não consegue obter sucesso em face dos vícios e da falta de oportunidade que o determinam.
  - (D) O autor do texto está convicto sobre o papel que desempenha no futuro de cada indivíduo as condições de seu nascimento.
  - (E) Argumenta-se no texto que a equidade de oportunidades é um fator determinante para uma justa distribuição das riquezas.

---

2. No emprego das formas verbais, são regulares a flexão e a concordância na frase:
  - (A) Se ninguém se dispuser a mudar esse processo, ou vir pelo menos a reavaliá-lo, não se fará justiça quanto às riquezas a se distribuir.
  - (B) À medida que se recomporem as condições iniciais do processo, será maior a possibilidade de se atenderem a cada um de seus ideais.
  - (C) Se não se contiverem os vícios do processo de distribuição das riquezas, ele seguirá sendo envenenado pelas mesmas injustiças.
  - (D) Caso não se retenham seus pecados de origem, a distribuição de riquezas não alcançará os objetivos da justiça que se desejam fazer.
  - (E) Como eles não requisaram maior igualdade de oportunidades, viram-se prejudicados pelo processo a que se deram um referendo.

---

3. No contexto do primeiro parágrafo, as expressões *dotações iniciais de participantes* e *lisura do processo* constituem
  - (A) um objetivo idealista cuja aparência de justiça se apaga quando competidores aproveitam mal oportunidades iguais.
  - (B) as causas ocultas da distribuição de riquezas que acaba por não fazer justiça às habilidades próprias dos indivíduos.
  - (C) as metas mais justas a serem alcançadas por um conveniente processo distributivo das limitadas riquezas disponíveis.
  - (D) os fatores diretamente condicionantes da possibilidade de haver justiça no processo distributivo das riquezas.
  - (E) as razões de ser de todo processo de distribuição de riquezas que premie o talento inato dos mais competentes.

---

4. Em síntese, depreende-se da leitura do segundo parágrafo que
  - (A) a capacitação natural para a vida leva a tornar vicioso o jogo distributivo das riquezas disponíveis em cada ocasião.
  - (B) as escolhas nas quais se faz justiça aos talentos das crianças e dos jovens tornam-se possíveis com a equidade das condições iniciais.
  - (C) a condição familiar de origem não tem peso determinante no desenvolvimento das qualidades pessoais de uma criança.
  - (D) as aspirações e os sonhos das crianças e dos jovens só se formularão quando tiverem alcançado alguma possibilidade de realização.
  - (E) a dotação injusta de talentos individuais faz com que não haja equidade ao final do processo de distribuição das riquezas.

---

5. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:
  - (A) *envenena os valores da convivência* (2º parágrafo) = corrompe a qualidade do convívio.
  - (B) *de modo a ampliar seu leque* (2º parágrafo) = por conta da aberta indisponibilidade.
  - (C) *dotações iniciais dos participantes* (1º parágrafo) = licitações originais dos concorrentes.
  - (D) *jogo viciado na origem e no processo* (1º parágrafo) = processo fraudulento do acaso.
  - (E) *falta de um mínimo de equidade* (2º parágrafo) = carência de discriminação equivalente.



**Atenção:** Para responder às questões de números 6 a 10, baseie-se no texto abaixo.

### O século XX, Era dos Extremos

O século XX deixou um legado inegável de questões e impasses. Para o grande historiador Eric Hobsbawm, neste livro **Era dos Extremos – o breve século XX – 1914-1991**, esse século foi breve e extremado: sua história e suas possibilidades edificaram-se sobre catástrofes, incertezas e crises, decompondo o que fora construído no longo século XIX.

Hobsbawm divide a história do século XX em três “eras”. A primeira, “da catástrofe”, é marcada pelas duas grandes guerras, pelas ondas de revolução global em que o sistema político e econômico da URSS surgia como alternativa histórica para o capitalismo e pela virulência da crise econômica de 1929. Também nesse período os fascismos e o descrédito das democracias liberais surgem como proposta mundial.

A segunda “era” são os anos dourados das décadas de 1950 e 1960 que, em sua paz congelada, viram a viabilização e a estabilização do capitalismo, responsável pela promoção de uma extraordinária expansão econômica e profundas transformações sociais.

Por fim, entre 1970 e 1991, dá-se o “desmoronamento” final, em que caem por terra os sistemas institucionais que previnem e limitam o barbarismo contemporâneo, dando lugar à brutalização da política e à irresponsabilidade teórica da ortodoxia econômica, abrindo as portas para um futuro incerto.

(Adaptado da “orelha”, sem indicação autoral, do livro de Eric Hobsbawm acima referido, editado em São Paulo pela Companhia das Letras, em 1995)

6. Entre 1970 e 1991 dá-se o desmoronamento final em que caem por terra os sistemas institucionais que previnem e limitam o barbarismo contemporâneo.

A frase acima permanecerá coerente, coesa e correta caso se substitua o segmento

- (A) sistemas institucionais que previnem por instituições estruturadas que premunem.
- (B) limitam o barbarismo contemporâneo por fazem fronteira com a atual barbárie.
- (C) dá-se o desmoronamento por propiscia-se a ruína.
- (D) em que caem por terra por em cujo se solapam.
- (E) desmoronamento final em que caem por desvirtuamento fatal aonde submergem.

7. Há forma verbal na voz passiva e adequada articulação entre os tempos e os modos verbais na frase:

- (A) Fossem menos otimistas as expectativas criadas pelo século XIX, possivelmente hoje não estejamos a lamentar todo o seu desmoronamento.
- (B) Ainda que os homens do século XX viessem a cumprir algumas das metas projetadas no século XIX, não impedirão o advento da barbárie.
- (C) Foi-nos legado do século XX um conjunto de desmoronamentos sociais que não fizeram jus às expectativas que criara o século XIX.
- (D) Ficamos desconcertados quando nos deparássemos com as promessas que o longo século XIX deixava abertas para o século seguinte.
- (E) Era de se esperar que ao menos algumas das expectativas criadas pelo século XIX venham a concretizar-se no século passado.

8. Ao constituir uma visão geral do século XX, que considera breve e extremado, o historiador Eric Hobsbawm

- (A) aponta como único saldo positivo a oportuna emergência do moderno liberalismo econômico, já ao final da década de 1920.
- (B) salienta a importância que alcançaram as décadas de 1950 e 1960, nas quais se efetivou o descrédito das democracias liberais.
- (C) salienta a importância que tiveram as metas o século XIX para a consecução dos objetivos alcançados no século seguinte.
- (D) leva em conta, como critério fundamental para essa divisão a emancipação política desfrutada pelas classes trabalhadoras de diferentes países.
- (E) faz reconhecer uma desconstrução geral e radical das expectativas e dos ideais gerados no decorrer do longo século XIX.

9. Estabelecem entre si uma relação de causa e efeito, nessa ordem, os seguintes segmentos:

- (A) a segunda era são os anos dourados / paz congelada (3º parágrafo).
- (B) caem por terra os sistemas institucionais / barbárie da política (4º parágrafo).
- (C) deixou um legado inegável / decompondo o que fora construído (1º parágrafo).
- (D) alternativa histórica para o capitalismo / virulência da crise econômica (2º parágrafo).
- (E) ondas de revolução global / a história do século XX em três “eras” (2º parágrafo).



10. É inegável que o século XX deixou-nos um legado de impasses, a gravidade desses impasses se faz sentir até hoje, uma vez que não solucionamos esses impasses nem mesmo amenizamos as consequências desses impasses.

Evitam-se as viciosas repetições da frase acima substituindo-se os elementos sublinhados, na ordem dada, por:

- (A) cuja gravidade – os solucionamos – suas consequências  
(B) da qual gravidade – solucionamo-los – as consequências dos mesmos  
(C) onde a gravidade – lhes solucionamos – as próprias consequências  
(D) a gravidade de cujos – os solucionamos – as consequências em si mesmas  
(E) em cuja gravidade – lhes solucionamos – suas consequências

### Raciocínio Lógico-Matemático

11. Em um determinado estado, 30% dos domicílios estão na zona rural e os demais, em zonas urbanas. Sabe-se que apenas 80% dos municípios nesse estado têm agências bancárias. Sabendo que exatamente metade dos municípios na zona rural têm agências bancárias, a porcentagem de municípios nas zonas urbanas sem agências bancárias em relação ao total de municípios nesse estado é

- (A) 0,1%  
(B) 5%  
(C) 2,5%  
(D) 0,5%  
(E) 1%

12. Há 51 pessoas em uma fila. Algumas pessoas dessa fila serão sorteadas. O menor número de pessoas que devem ser sorteadas para garantir que dentre elas haja pelo menos duas que são vizinhas na fila é

- (A) 26  
(B) 28  
(C) 25  
(D) 27  
(E) 24

13. Um reservatório de água estava completamente cheio quando passou a perder água a um ritmo constante. Após 30 dias, o volume de água no reservatório correspondia a  $\frac{2}{3}$  da capacidade máxima. Contando a partir do momento em que o reservatório estava cheio, o tempo necessário para que o volume de água atinja a marca de 10% da capacidade máxima do reservatório é

- (A) 45 dias.  
(B) 171 dias.  
(C) 81 dias.  
(D) 60 dias.  
(E) 270 dias.

14. Em um circo, todo trapezista é também malabarista. Sabendo que, nesse circo, se um artista é contorcionista e não é equilibrista, então ele não é malabarista, é correto concluir que se um artista é trapezista, então ele

- (A) é equilibrista ou contorcionista.  
(B) é malabarista e não é equilibrista.  
(C) não é contorcionista nem equilibrista.  
(D) não é malabarista.  
(E) é equilibrista ou não é contorcionista.

### Geografia e História do Amapá

Atenção: As questões de números 15 a 17 referem-se à Geografia do Amapá.

15. Município mais extenso do estado também se destaca como o terceiro mais populoso e o terceiro maior Produto Interno Bruto (PIB) do Amapá. Trata-se de

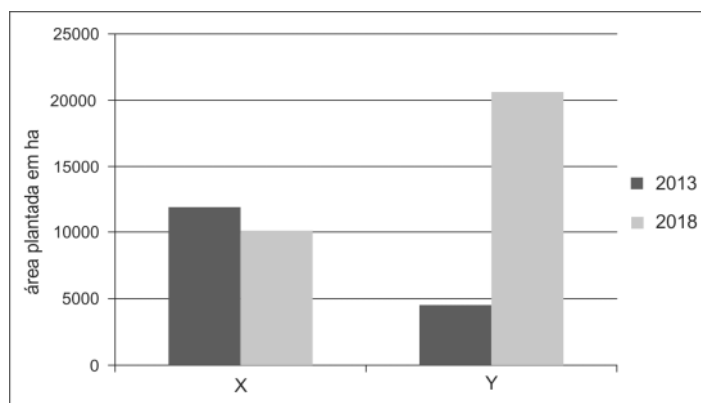
- (A) Mazagão.  
(B) Santana.  
(C) Laranjal do Jari.  
(D) Vitória do Jari.  
(E) Calçoene.



16. O conjunto de características físicas da porção oeste do Amapá é:
- predomínio de terras baixas inundáveis nas cheias periódicas; floresta ombrófila com grande biodiversidade que garante clima super úmido.
  - superfície ondulada cortada por rios com forte ação erosiva; a presença de terrenos antigos torna os solos pobres com fraca aptidão para a agricultura.
  - predomínio de terrenos recentes que dão origem a tabuleiros de baixas altitudes cortados por rios com meandros e grande volume de água.
  - formação geológica antiga de escudos cristalinos em planaltos erodidos que abrigam inúmeras nascentes de rios; é área menos chuvosa do estado.
  - existência de importantes jazidas minerais em terrenos recentes, com baixa altitude; área florestal que se beneficia de precipitações anuais acima de 2.800 mm.

17. Considere o gráfico abaixo.

**Amapá: Evolução da área plantada de X e Y (2013-2018)**



(Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ap/pesquisa/14/10193>)

Os produtos agrícolas X e Y são, respectivamente,

- cana-de-açúcar e milho.
- mandioca e soja.
- arroz e mandioca.
- milho e arroz.
- soja e arroz.

**Atenção:** As questões de números 18 a 20 referem-se à História do Amapá.

18. Conforme a Constituição Federal de 1967, durante o período do regime militar, o governo do território do Amapá deveria ser constituído por
- um interventor federal indicado pelo Ministério do Interior.
  - um general escolhido pela Assembleia estadual e referendado pelo Congresso nacional.
  - uma junta militar nomeada pela alta cúpula das Forças Armadas.
  - um representante eleito, no Pará, por meio de eleições indiretas.
  - um governador nomeado pelo Presidente da República, depois de aprovado pelo Senado.
19. Antes da criação do Território Federal do Amapá, houve tentativas de criação de uma província separada do Grão Pará, com sede administrativa em Macapá, tal como a proposta de
- criação da Província de Oiapókya, pelo deputado Cândido Mendes, porém rejeitada pela Assembleia Geral do Império do Brasil.
  - vinculação do Amapá ao Maranhão, considerando as rotas comerciais marítimas existentes e as afinidades políticas entre as elites das duas localidades, na época do Império.
  - associação do Amapá à Guiana Francesa e ao Suriname, numa confederação governada pelos brasileiros a partir da capital amapaense e em regime republicano.
  - fusão do Amapá com Roraima e o norte do Pará, de modo a criar um estado compatível, em área, aos tamanhos com que ficariam o Pará e o Amazonas.
  - fundação de uma província desvinculada da Região Norte, idealizada pelo Barão do Rio Branco, cuja administração se daria tal como a estabelecida no Acre.
20. As relações entre Amapá e Guiana Francesa foram permeadas por tensões que, no século XX, ocorreram quando
- a Guiana Francesa foi proibida pelo governo brasileiro de praticar a pesca e a navegação no rio Oiapoque.
  - o Amapá tornou-se um estado brasileiro, justamente em um momento em que a França negociava a sua anexação à Guiana.
  - a França foi ocupada pelos nazistas e os Estados Unidos construíram uma Base aérea no Amapá, durante a II Guerra Mundial.
  - o Brasil ocupou a Guiana Francesa, sob as ordens do Barão do Rio Branco, no contexto da anexação do Acre.
  - a ponte sobre o rio Oiapoque foi construída pelo governo brasileiro, sem o consentimento da Guiana Francesa.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Redação Legislativa**

**Atenção:** Para responder às questões de números 21 a 23, considere o texto a seguir:

*Há de tomar o pregador uma só matéria; há de defini-la, para que se conheça; há de dividi-la, para que se distinga; há de prová-la com a Escritura, há de declará-la com a razão, há de confirmá-la com o exemplo, há de amplificá-la com as causas, com os efeitos, com as circunstâncias, com as conveniências, que se não de seguir; com os inconvenientes, que se devem evitar; há de responder às dúvidas, há de satisfazer às dificuldades, há de impugnar e refutar com toda a força de eloquência os argumentos contrários, e depois disto há de colher, há de apertar, há de concluir, há de persuadir, há de acabar. Isto é o sermão, isto é pregar; e o que não é isto é falar demais alto. Não nego, nem quero dizer que o sermão não haja de ter variedade de discursos, mas esses não de nascer todos da mesma matéria, e continuar, e acabar nela. Quereis ver tudo isto com os olhos? Ora vede. Uma árvore tem raízes, tem troncos, tem ramos, tem folhas, tem varas, tem flores, tem frutos. Assim há de ser o sermão: há de ter raízes fortes e sólidas, porque há de ser fundado no Evangelho; há de ter um tronco, porque há de ter um só assunto e tratar uma só matéria. Deste tronco não de nascer diversos ramos, que são diversos discursos, mas nascidos da mesma matéria e continuados nela. Estes ramos não de ser secos, senão cobertos de folhas, porque os discursos não de ser vestidos e ornados de palavras.*

(VIEIRA, António. Sermão da Sexagésima. In: **Sermões I**. São Paulo: Edições Loyola, 2009, p. 24)

21. Segundo o trecho do sermão, a principal qualidade retórica de uma peça de eloquência é a
- (A) qualidade metafórica.
  - (B) unidade da matéria tratada.
  - (C) capacidade de refutar argumentos.
  - (D) comprovação dos argumentos.
  - (E) variedade de discursos.
- 
22. No trecho *Uma árvore tem raízes, tem troncos, tem ramos, tem folhas, tem varas, tem flores, tem frutos*, o verbo “ter” é escolhido porque o significado é o de
- (A) metonímia, dividindo a árvore em suas partes.
  - (B) sustentação das partes que compreendem uma árvore.
  - (C) existência da árvore no conjunto de suas partes.
  - (D) comparação da árvore com o discurso.
  - (E) posse, naquilo que constitui uma árvore.
- 
23. As prescrições presentes no trecho do sermão indicam a elaboração de um discurso
- (A) dialogal, porque todos os passos de um discurso preveem interlocutores em oposição.
  - (B) científico, porque necessita estar fundamentado em provas oriundas da natureza.
  - (C) narrativo, identificado principalmente na metáfora botânica com que é comparado.
  - (D) argumentativo, organizando o discurso, da tomada do tema até a sua conclusão.
  - (E) poético, uma vez que o discurso ao final deve resultar em uma metáfora botânica.



**Atenção:** Para responder às questões de números 24 a 26, considere o texto a seguir:

O texto não deve ser entendido como um objeto computável. Seria vão tentar separar materialmente as obras dos textos. Em particular, não se deve ser levado a dizer: a obra é clássica, o texto é de vanguarda; não se trata de estabelecer, em nome da modernidade, um quadro de honra grosseiro e declarar certas produções literárias in e outras out em razão de sua situação cronológica: pode haver "Texto" numa obra muito antiga, e muitos produtos da literatura contemporânea não são em nada textos. A diferença é a seguinte: a obra é um fragmento de uma substância, ocupa alguma porção do espaço dos livros (por exemplo, numa biblioteca). Já o Texto é um campo metodológico. A oposição poderia lembrar (mas de modo algum reproduzir termo a termo) a distinção proposta por Lacan: a "realidade" se mostra, o "real" se demonstra; da mesma forma, a obra se vê (nas livrarias, nos fichários, nos programas de exame), o texto se demonstra, se fala segundo certas regras; a obra segura-se na mão, o texto mantém-se na linguagem: ele só existe tomado num discurso (ou melhor, é o Texto pelo fato mesmo de o saber); o Texto não é a decomposição da obra, é a obra que é a cauda imaginária do Texto. Ou ainda: só se prova o Texto num trabalho, numa produção. A consequência é que o Texto não pode parar (por exemplo, numa prateleira de biblioteca); o seu movimento constitutivo é a travessia (ele pode especialmente atravessar a obra, várias obras).

(BARTHES, Roland. Da obra ao texto. In: **O rumor da língua**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012, p. 67)

24. A distinção entre *realidade* e *real* pode remeter àquela que se estabelece, respectivamente, entre

- (A) *linguagem* e *discurso*.
- (B) *regras* e *saber*.
- (C) *clássica* e *cronológica*.
- (D) *vanguarda* e *contemporânea*.
- (E) *substância* e *metodológico*.

25. Ao conceituar *Texto* e *obra*, Roland Barthes efetiva

- (A) um sofisma, ao concluir a oposição entre os conceitos com a metáfora da travessia.
- (B) uma análise, apresentando argumentos que contrapõem os dois conceitos.
- (C) uma apologia, quando estabelece uma oposição entre os dois conceitos.
- (D) uma recomendação, ao indicar metodologicamente como elaborar um texto moderno.
- (E) uma informação, destacando os resultados da oposição entre os dois conceitos.

26. A concepção de texto apresentada no trecho é:

- (A) A decomposição imaginária de uma obra, oposta à realidade definida por Lacan, quando conceituou o real.
- (B) O estudo metodológico das obras, organizadas cronologicamente das mais antigas às mais modernas.
- (C) O espaço discursivo em que metodologicamente algo pode ser demonstrado, cuja linguagem é constituída de travessias.
- (D) A vanguarda de tudo o que pode constar em uma biblioteca, podendo ser classificável e computável.
- (E) O fragmento presente na literatura moderna, por isso tudo aquilo que em determinado tempo é *in*.

### Técnica Legislativa e Processo Legislativo

27. As Comissões Parlamentares de Inquérito criadas no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado do Amapá,

- (A) poderão convocar o Procurador-Geral do Estado para prestar informações a respeito de assunto de sua competência relacionado ao objeto da comissão parlamentar de inquérito.
- (B) poderão determinar busca e apreensão de documentos, desde que imprescindíveis ao objeto investigado, obedecidos os princípios da colegialidade e da proporcionalidade.
- (C) não poderão funcionar, concomitantemente, em mais de três Comissões.
- (D) serão criadas mediante requerimento de um sexto dos membros da Assembleia Legislativa e gozarão de poderes próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos no Regimento Interno.
- (E) serão criadas mediante requerimento de um terço dos membros da Assembleia Legislativa, uma vez aprovado por maioria no plenário da mesma, e gozarão de poderes próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos no Regimento Interno.

28. NÃO comporta a sanção do Governador do Estado do Amapá

- (A) a proposta de emenda à Constituição do Estado discutida e votada em dois turnos e aprovada, em ambos, por três quintos dos votos dos membros da Assembleia Legislativa.
- (B) a criação, incorporação e fusão e o desmembramento de município.
- (C) o projeto sobre a criação de cargos públicos no âmbito do Executivo.
- (D) o projeto sobre programas setoriais de desenvolvimento do Estado.
- (E) o projeto sobre organização administrativa e judiciária do Ministério Público.



29. Terão início na Câmara dos Deputados o projeto de

- (A) lei complementar e o projeto de iniciativa do presidente do STF.
- (B) iniciativa de deputado federal e o projeto de iniciativa privativa do presidente da República, mas não o de iniciativa concorrente ou comum deste.
- (C) iniciativa do presidente do STF e a análise do veto presidencial.
- (D) lei de iniciativa popular e o projeto de lei de iniciativa do presidente da República.
- (E) lei de iniciativa privativa do presidente da República e a análise do veto presidencial.

30. Considere o texto legal transcrito:

**Lei nº 9.296, de 24 de Julho de 1996. (I)**

Regulamenta o inciso XII, parte final, do art. 5º da Constituição Federal. (II)

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei: **(III)**

Art. 1º A interceptação de comunicações telefônicas, de qualquer natureza, para prova em investigação criminal e em instrução processual penal, observará o disposto nesta Lei e dependerá de ordem do juiz competente da ação principal, sob sigilo de justiça. Parágrafo único. O disposto nesta Lei aplica-se à interceptação do fluxo de comunicações em sistemas de informática e telemática. **(IV)**

Nos termos da Lei complementar nº 95/98, **I, II, III e IV** são:

	<b>I</b>	<b>II</b>	<b>III</b>	<b>IV</b>
A	epígrafe	preâmbulo	ementa	objeto e âmbito de aplicação da lei.
B	epígrafe	preâmbulo	ementa	considerandos e âmbito de aplicação da lei.
C	epígrafe	ementa	preâmbulo	objeto e âmbito de aplicação da lei.
D	ementa	epígrafe	preâmbulo	objeto e âmbito de aplicação da lei.
E	preâmbulo	ementa	epígrafe	considerandos e âmbito de aplicação da lei.

31. Considerando o que estabelece o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Amapá, o Decreto Legislativo destina-se a

- (A) regular matérias de caráter político, processual ou administrativo sobre o que deva a Assembleia Legislativa pronunciar-se em casos concretos.
- (B) ab-rogar ou derogar o Regimento Interno da Assembleia Legislativa.
- (C) regular matéria de competência exclusiva da Assembleia Legislativa, exceto a sustação dos atos normativos do poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar.
- (D) regular matéria de competência da Assembleia Legislativa com a sanção do Governador do Estado.
- (E) regular matéria de competência exclusiva da Assembleia Legislativa, entre as quais a suspensão de ato normativo declarado inconstitucional em decisão do Tribunal de Justiça do Estado.

32. Segundo estabelece o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Amapá,

- (A) emenda não é considerada tecnicamente uma proposição.
- (B) serão aceitas emendas que não tenham relação direta e imediata com a matéria da proposição principal, desde que não acarretem aumento de despesa.
- (C) não se admite subemenda à emenda, exceto se apresentada por Comissão em seu parecer.
- (D) emenda substitutiva é a que resulta da fusão de outras emendas com o texto, por transição tendente à aproximação dos respectivos objetos.
- (E) estão previstas no Regimento Interno apenas emendas aditivas, supressivas, substitutivas ou aglutinativas.





33. As deliberações das comissões parlamentares da Assembleia Legislativa do Amapá, salvo disposição
- (A) constitucional em contrário, serão tomadas por maioria de votos, presente a maioria absoluta de seus membros.
  - (B) constitucional em contrário, serão tomadas por maioria absoluta de votos.
  - (C) regimental em contrário, serão tomadas por maioria de votos, presente a maioria absoluta de seus membros.
  - (D) regimental em contrário, serão tomadas por maioria absoluta de votos.
  - (E) regimental, legal ou constitucional em contrário, serão tomadas por maioria de votos, presente a maioria absoluta de seus membros.
- 
34. Os Deputados Estaduais à Assembleia Legislativa do Estado do Amapá, conforme estabelece a Constituição do Estado do Amapá,
- (A) são obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, desde que de interesse público ou da Justiça.
  - (B) dependerão de prévia licença da Mesa da Assembleia Legislativa para se incorporarem às Forças Armadas, embora militares e ainda que em tempo de guerra.
  - (C) não poderão, desde a expedição do diploma, ser processados criminalmente, sem prévia licença da Assembleia Legislativa.
  - (D) não poderão, desde a expedição do diploma, ser presos.
  - (E) serão, desde a expedição do diploma, submetidos a julgamento perante o Tribunal de Justiça do Estado do Amapá.
- 
35. Segundo a Constituição Federal de 1988, constitui uma inovação primária na ordem jurídica promovida pelo chefe do Executivo *ad referendum* do Parlamento:
- (A) Decreto do Presidente da República.
  - (B) Medida Provisória.
  - (C) Proposta de lei complementar de iniciativa privativa do chefe do Executivo.
  - (D) Decreto-lei.
  - (E) Lei delegada.
- 
36. De acordo com o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Amapá, as sessões da Assembleia são:
- (A) extraordinárias, as realizadas para grandes comemorações ou homenagens especiais.
  - (B) não deliberativas, as realizadas em dias ou horas diversos dos prefixados para as ordinárias.
  - (C) preparatórias, as que instalam solenemente os trabalhos da Sessão Legislativa.
  - (D) inaugurais, as que precedem à instalação dos trabalhos da Assembleia Legislativa na Primeira e na Terceira Sessões Legislativas de cada Legislatura.
  - (E) ordinárias deliberativas, as de qualquer Sessão Legislativa, realizadas apenas uma vez por dia, às terças, quartas e quintas-feiras, às nove horas e trinta minutos.

### Direito Constitucional

37. Entidades da sociedade civil atuantes em um grupo de Municípios limítrofes, integrantes do mesmo Estado da federação, defendem que seja instituída região metropolitana para integrar organização, planejamento e execução de funções públicas de interesse comum aos Municípios em questão. Nessa hipótese, à luz da Constituição Federal, a instituição de região metropolitana
- (A) dependerá apenas de lei complementar estadual.
  - (B) deverá ser precedida de consulta, mediante plebiscito, à população diretamente interessada, assim entendida a do Estado a que pertencem os Municípios.
  - (C) dependerá de lei estadual e de consulta, mediante plebiscito, à população dos Municípios envolvidos, após a divulgação de estudos de viabilidade, apresentados e publicados na forma da lei.
  - (D) dependerá de lei estadual e, se assim previsto na respectiva Constituição estadual, de aprovação prévia pelas Câmaras de Vereadores dos Municípios envolvidos.
  - (E) é descabida, uma vez que a execução das funções, ainda que de interesse comum, não está compreendida no escopo de uma região metropolitana.



38. De acordo com a Constituição do Estado do Amapá, no exercício da função de controle externo em auxílio à Assembleia Legislativa, compete ao Tribunal de Contas do Estado (TCE) julgar as contas
- (A) daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário, dentro do exercício em que as contas forem prestadas.
  - (B) de empresas ou consórcios interestaduais e intermunicipais de cujo capital social participe o Estado ou Município, conforme o caso, de forma direta ou indireta, no prazo de sessenta dias a contar de seu recebimento.
  - (C) dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores da Administração direta e indireta estadual e municipal, mas não as prestadas por Governador do Estado e Prefeitos Municipais, que ao TCE compete apreciar mediante parecer prévio, no prazo de sessenta dias a contar de seu recebimento.
  - (D) da Mesa Diretora das Câmaras Municipais, mas não as dos Prefeitos, que ao TCE compete apreciar, em ambos casos dentro do exercício em que as contas forem prestadas.
  - (E) dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores de fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público municipal, mas não em relação às mantidas pelo Estado, que ao TCE compete apreciar juntamente com as prestadas pelo Governador, mediante parecer prévio, no prazo de sessenta dias a contar de seu recebimento.
- 
39. Considere que em determinado Estado da federação sejam promulgadas duas leis, uma para fixação dos subsídios de Governador, Vice-Governador e Secretários de Estado, e outra para fixação dos subsídios dos Deputados Estaduais. Nessa hipótese, considerados apenas os elementos fornecidos,
- (A) somente a lei para fixação dos subsídios dos cargos do Poder Executivo é incompatível com a Constituição Federal, por se tratar de matéria de competência privativa do chefe do Poder Executivo, a ser regulada por Decreto.
  - (B) somente a lei para fixação dos subsídios dos Deputados Estaduais é incompatível com a Constituição Federal, por se tratar de matéria de competência privativa da Casa Legislativa, a ser regulamentada por Resolução.
  - (C) referidas leis serão compatíveis com a Constituição Federal, desde que ambas sejam de iniciativa da Assembleia Legislativa.
  - (D) referidas leis serão compatíveis com a Constituição Federal, desde que ambas sejam de iniciativa do Governador do Estado.
  - (E) a lei para fixação dos subsídios dos cargos do Poder Executivo deverá ser de iniciativa do Governador do Estado, e a destinada à fixação dos subsídios dos Deputados Estaduais, de iniciativa da Assembleia Legislativa, para que ambas sejam compatíveis com a Constituição Federal.
- 
40. Em meio a reformas visando ampliar suas receitas, determinado Estado da federação cogita promover mudanças na legislação que disciplina a incidência e cobrança do Imposto sobre Transmissão *Causa Mortis* e Doação sobre bens e direitos (ITCMD), para o fim de estabelecer em lei que:
- I. sua alíquota deverá ser sempre equivalente à alíquota máxima fixada pelo Senado Federal, variando em conformidade com esta; e
  - II. competirá ao Estado, relativamente a bens imóveis e respectivos direitos, nele situados, ou se nele ocorrer o processamento do inventário ou arrolamento, independentemente da situação dos bens.
- Considerada a disciplina constitucional em matéria tributária,
- (A) a medida atinente à fixação da alíquota do ITCMD é incompatível com a Constituição Federal, por não possuir o Senado competência para fixação de sua alíquota máxima; e a medida atinente à competência para o ITCMD relativamente a bens imóveis e respectivos direitos é incompatível com a Constituição Federal, apenas nos casos em que os bens estiverem situados no Estado.
  - (B) a medida atinente à fixação da alíquota do ITCMD é incompatível com a Constituição Federal, por permitir que ocorra aumento de tributo sem lei específica que o estabeleça; e a medida atinente à competência para o ITCMD relativamente a bens imóveis e respectivos direitos é incompatível com a Constituição Federal, apenas na hipótese em que no Estado se der o processamento do inventário ou arrolamento, independentemente da situação dos bens.
  - (C) ambas medidas serão compatíveis com a Constituição Federal, desde que aprovadas mediante lei complementar.
  - (D) apenas a medida atinente à fixação da alíquota do ITCMD é incompatível com a Constituição Federal, por permitir que ocorra aumento de tributo sem lei específica que o estabeleça, ademais de o Senado não possuir competência para fixação de sua alíquota máxima.
  - (E) apenas a medida atinente à competência para o ITCMD relativamente a bens imóveis e respectivos direitos é incompatível com a Constituição Federal, na hipótese em que no Estado se der o processamento do inventário ou arrolamento, independentemente da situação dos bens.
- 
41. À luz da disciplina das finanças públicas na Constituição Federal, independe de prévia autorização legislativa a
- (A) concessão de empréstimos, mediante antecipação de receitas pelo Governo Federal, para pagamento de despesas com pessoal inativo e pensionistas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
  - (B) instituição de fundos de qualquer natureza.
  - (C) transferência de recursos de uma categoria de programação para outra, no âmbito das atividades de ciência, tecnologia e inovação, com o objetivo de viabilizar os resultados de projetos restritos a essas funções.
  - (D) abertura de crédito suplementar, desde que haja a indicação dos recursos correspondentes.
  - (E) abertura de crédito especial que se dê nos últimos quatro meses do exercício.



42. Em conformidade com a disciplina da organização do Poder Judiciário no âmbito regional pela Constituição Federal, os Estados
- poderão criar Justiça Militar estadual, constituída, em primeiro grau, pelos juízes de direito e, em segundo grau, pelos Conselhos de Justiça, ou por Tribunal de Justiça Militar nos Estados em que o efetivo militar seja superior a vinte mil integrantes.
  - observarão a regra pela qual os Presidentes dos Tribunais de Justiça, com a aprovação dos respectivos tribunais, encaminharão suas propostas orçamentárias, elaboradas dentro dos limites estipulados conjuntamente com os demais Poderes na lei de diretrizes orçamentárias.
  - criarão juizados especiais, com competência para o julgamento e a execução de causas cíveis de menor complexidade e infrações penais de menor potencial ofensivo, vedada, em relação a estas últimas, a possibilidade de transação.
  - criarão justiça de paz, com competência para, na forma da lei, celebrar casamentos, verificar, de ofício ou em face de impugnação apresentada, o processo de habilitação e exercer atribuições conciliatórias, com caráter jurisdicional.
  - definirão a competência dos tribunais estaduais em suas constituições respectivas, sendo a organização judiciária estadual matéria reservada à lei complementar, de iniciativa privativa do chefe do Poder Executivo.

43. Suponha que, como resultado dos trabalhos de uma Assembleia Nacional Constituinte convocada ao fim de um período e processo revolucionários, entre em vigor em determinado país uma nova Constituição, que estabeleça que a alteração do texto constitucional se dê por deliberação do mesmo órgão responsável pela elaboração da legislação ordinária, embora mediante procedimento mais complexo e quórum mais elevado do que o previsto para essa. Nessa hipótese, tem-se, respectivamente quanto à origem e alterabilidade, uma Constituição
- promulgada, por ser fruto do trabalho de uma Assembleia Nacional Constituinte; e flexível, por atribuir o poder constituinte derivado ao mesmo órgão responsável pela legislação ordinária, a despeito da existência de procedimento diferenciado para reforma constitucional.
  - promulgada, por ser resultado de um processo revolucionário; e semirrígida, por atribuir o poder constituinte derivado ao mesmo órgão responsável pela legislação ordinária, estabelecendo um procedimento especial para reforma constitucional.
  - outorgada, por ser fruto do trabalho de uma Assembleia Nacional Constituinte; e flexível, por atribuir o poder constituinte derivado ao mesmo órgão responsável pela legislação ordinária, a despeito da existência de procedimento diferenciado para reforma constitucional.
  - promulgada, por ser fruto do trabalho de uma Assembleia Nacional Constituinte; e rígida, em virtude da existência de procedimento próprio e mais dificultoso para alteração do texto constitucional, ainda que a cargo do órgão legislativo ordinário.
  - outorgada, por ser resultado de um processo revolucionário; e rígida, em virtude da existência de procedimento próprio e mais dificultoso para alteração do texto constitucional, ainda que a cargo do órgão legislativo ordinário.

44. Considere as seguintes funções de instituições essenciais à justiça, previstas na Constituição Federal:
- defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas;
  - representação judicial e consultoria jurídica das unidades federadas;
  - promover a ação de inconstitucionalidade ou representação para fins de intervenção dos Estados.

Trata-se de funções atribuídas, respectivamente, a

	I	II	III
A	Procuradorias dos Estados e do Distrito Federal	Ministério Público	Ministério Público
B	Ministério Público	Ministério Público	Procuradorias dos Estados
C	Procuradorias dos Estados e do Distrito Federal	Procuradorias dos Estados e do Distrito Federal	Ministério Público
D	Ministério Público	Procuradorias dos Estados e do Distrito Federal	Procuradorias dos Estados
E	Ministério Público	Procuradorias dos Estados e do Distrito Federal	Ministério Público

45. Ao disciplinar a liberdade religiosa como direito fundamental e aspectos correlatos, a Constituição Federal
- autoriza União, Estados, Distrito Federal e Municípios a agirem, na forma da lei, em colaboração de interesse público com cultos religiosos ou igrejas.
  - proíbe a instituição de impostos sobre patrimônio, renda e serviços de templos de qualquer culto, ainda que não relacionados com suas finalidades essenciais.
  - assegura a prestação de assistência religiosa nas entidades de internação coletiva, sujeita aos termos da lei, que poderá, no entanto, vedá-la nas entidades militares, quando necessário aos imperativos da segurança nacional.
  - veda que se estabeleçam formas de proteção aos locais de culto e suas liturgias, sob pena de ofensa à laicidade do Estado brasileiro.
  - impede que alguém seja privado de direitos por motivo de crença religiosa, exceto se a invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta, caso em que terá direitos políticos suspensos.

**Noções de Direito Administrativo e de Administração Pública**

46. A Lei de Improbidade Administrativa, Lei nº 8.429, de 02/06/1992, estabelece um regime de responsabilidade aplicável aos agentes públicos que cometerem atos considerados ímprobos, ali qualificados em várias espécies. Torquato Mendes é Secretário Municipal de Educação e ordenador de despesa, tendo determinado a contratação de obra pública para a construção de creche, sem que houvesse previsão na respectiva legislação orçamentária. Nessa hipótese, conclui-se que
- (A) não há como responsabilizar o Secretário Municipal, visto que tal regime de responsabilidade não se aplica aos agentes políticos.
  - (B) ocorreu ato de improbidade administrativa, que causa prejuízo ao erário.
  - (C) não ocorreu ato de improbidade, pois se trata de obra voltada ao atendimento de interesse público relevante.
  - (D) ocorreu ato de improbidade administrativa, que atenta contra os princípios da Administração pública.
  - (E) ocorreu ato de improbidade administrativa, que importa enriquecimento ilícito.
- 
47. Acerca do Tribunal de Contas do Estado, a Constituição do Estado do Amapá estatui que
- (A) os auditores do Tribunal de Contas são nomeados em confiança pelos Conselheiros, devendo a escolha recair em pessoas com ilibada reputação e idoneidade moral e dotadas de título de curso superior em direito, ciências contábeis, econômicas ou administrativas.
  - (B) é requisito para ser Conselheiro do Tribunal de Contas ter notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de Administração pública, ou, ao menos, ter mais de dez anos de exercício em função pública.
  - (C) o Tribunal de Contas do Estado, integrado por sete Conselheiros, tem jurisdição em todo o território estadual, exceto na Capital, onde atua o Tribunal de Contas do Município.
  - (D) quatro dos membros do Tribunal de Contas são escolhidos pela Assembleia Legislativa, sendo que dois alternadamente dentre auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal, indicados em lista triplíce pelo Tribunal, segundo os critérios de antiguidade e merecimento.
  - (E) as decisões do Tribunal de Contas de que resulte imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo.
- 
48. Acerca das fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, a Constituição Federal de 1988 dispõe:
- (A) O afastamento eleitoral previsto no art. 38 da Constituição Federal de 1988 não se aplica aos servidores públicos da administração fundacional, apenas aos que atuam na administração direta e autárquica.
  - (B) Compete ao Tribunal de Contas julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, excluídas as fundações, que possuem conselho fiscal para esse fim.
  - (C) Aplica-se a imunidade tributária, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços vinculados às suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.
  - (D) Somente por lei específica poderá ser criada autarquia e fundação, e autorizada a instituição de empresa pública e de sociedade de economia mista, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.
  - (E) A proibição de acumulação remunerada de cargos, empregos e funções públicas aplica-se apenas às fundações de direito público e não às de direito privado.
- 
49. O regime jurídico dos contratos administrativos, disciplinado na Lei nº 8.666/1993, prevê uma série de prerrogativas que favorecem a consecução do interesse público. Porém, a disciplina legal em tela NÃO confere à Administração a prerrogativa de
- (A) ocupar provisoriamente bens móveis, imóveis, pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato, nos casos de serviços essenciais, na hipótese da necessidade de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pelo contratado, bem como na hipótese de rescisão do contrato administrativo.
  - (B) fiscalizar a execução contratual.
  - (C) rescindir os contratos, unilateralmente, nos casos especificados na lei.
  - (D) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste, independentemente de prévia defesa.
  - (E) modificar o contrato, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado.
- 
50. João Craveiro era servidor público do Estado do Amapá e, por força de doença incapacitante, foi aposentado por invalidez. Porém, um novo tratamento, baseado em células-tronco, possibilitou que ele recuperasse plenamente sua aptidão laboral. Assim, o referido servidor inativo pleiteou seu retorno ao cargo público de origem. À vista do relato e do que dispõe a Lei nº 66, de 03/05/1993, Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Estado do Amapá,
- (A) será possível a reversão do servidor ao cargo, desde que inspeção em Junta Médica Oficial declare insubsistentes os motivos da aposentadoria e ateste a capacidade para o exercício do cargo.
  - (B) será possível a readaptação do servidor, que deve se dar em cargo de natureza inferior e menos exigente do ponto de vista físico e mental.
  - (C) não será possível o retorno do servidor ao cargo, pois a aposentadoria é irretratável e irrevogável.
  - (D) será possível a reintegração do servidor no cargo, mas apenas por decisão judicial.
  - (E) não será possível o retorno do servidor ao cargo, pois a vacância gera a extinção imediata do cargo.